



O caos da saúde pública brasileira é inquestionável, milhares de homens e mulheres de bem morrem todos os anos nas filas dos hospitais públicos por falta de estrutura. Pela terceira vez especificamente nesta tribuna, e em diversas manifestações, apartes, reuniões, discussões, cobro a regulamentação desta Emenda para realizar a minha parte como homem público, como médico e como cidadão.

A instabilidade do financiamento do Sistema Único de Saúde, o SUS, remonta um histórico desde sua criação, em 1990, pela Lei 8.080. Perpassamos por iniciativas que elencaram como recursos para a saúde, 30% do orçamento da Seguridade Social, os empréstimos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e até a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira, a CPMF.

A EC 29, é uma vitória da sociedade e a efetiva priorização da saúde. Evidenciar os reais recursos para a saúde é finalmente levá-la a sério. A Emenda defini quanto a União, os Governos Estaduais e as Administração Municipais devem aplicar na Saúde, além disso, vincula este valor ao Produto Interno Bruto do País.

Faço parte da base aliada do Governo, mas aqui cumpro meu compromisso com a consolidação do SUS. Acredito que a causa que me levou até esses microfones no dia de hoje, é a possibilidade de

incrementar, em mais de R\$ 10 bilhões, o orçamento para a saúde pública brasileira.

A regulamentação é indiscutível, a classe médica, os agentes políticos e o cidadão que padece em uma Cama de Hospital, estão mobilizados. Com este meu discurso, espero que todos voltem seus olhos para a Câmara dos Deputados, para que deste modo, não haja volta e que consigamos concretizar aquilo que almejamos, como fruto de tanta luta e de tanto desgaste.

Em respeito ao povo brasileiro é que convoco meus colegas e minhas colegas parlamentares para, de modo a fazer justiça, se unam nesta Casa e finalmente regulamentem a moralização de nossos serviços públicos em saúde.

Reitero congratulações ao presidente Marco Maia, saiba que estamos juntos e vamos finalmente atender ao anseio da Regulamentação já. Acredito que falo aqui em nome da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, em nome também dos Prefeitos, vereadores, que estão em contato com a população mais carente e por vezes transportam, sem condições, seus habitantes para grandes centros com o único intuito de salvar vidas.

Regulamentada a Emenda Constitucional 29, outra ação importante será estarmos vigilantes, para que esses recursos sejam aplicados em melhorias efetivas. É com experiência de quem já foi secretário estadual de Saúde, em Mato Grosso do Sul, que afirmo, é possível fazermos mais, estabelecermos um pacto pela saúde, priorizarmos as políticas públicas e elevarmos a qualidade da atenção à saúde aos mesmos patamares do crescimento econômico do país. Temos que elencar a qualidade do atendimento em saúde como prioridade, assim como fazemos com a estabilidade econômica.

Quero crer que, até antes do recesso parlamentar, nós deputados consigamos cumprir com nosso compromisso. Regulamentação já!

Muito obrigado pela atenção.

Deputado GERALDO RESENDE

(PMDB/MS)